

# INFLUÊNCIAS DA EDUCAÇÃO FEMININA NO CONTEXTO DO TEMPO PRESENTE

Claudia de Faria Barbosa  
Doutora no Programa de Família na Sociedade  
Contemporânea, pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL, bolsista FAPESB.

*A História mantém seu fluxo, o qual deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos.*

Ecléa Bosi, 1994, p. 90

Enveredar por um campo tão rico e propício, que é a influência da educação feminina de décadas e século passados nas mulheres hoje é uma verdadeira aventura que instiga lançar o olhar para as interfaces entre gênero e educação. Não é por acaso que a função das mulheres na sociedade prevaleceu durante séculos como de exercer um papel de “auxiliar” aos homens. Essa premissa teve como sua aliada a educação. Nesse artigo, pretende-se discutir como a educação das mulheres no passado influencia as mulheres hoje, apesar dos avanços.

Por longos séculos, as mulheres se mantiveram praticamente analfabetas. A permissão legal de acesso geral e irrestrito à educação escolar foi autorizada no Brasil pela lei geral do ensino em 5 de outubro de 1827, mas restrita apenas às escolas femininas de primeiras letras. A equivalência nos cursos secundários somente foi conquistada plenamente em 1971, com a lei de diretrizes e bases da educação (ROSEMBERG, 2012, p. 334).

Tal política educacional influenciou fortemente a educação das mulheres, mantendo ranços até os dias atuais. Refere-se não apenas às diferenças na educação escolar proposta para meninos e meninas, mas aos processos educativos mais amplos que foram propagados fora da escola e que tem o objetivo de formar cidadãos.

A História mostra a diferença na educação de meninos e meninas, seja na educação formal, seja nos processos mais amplos que buscavam “atividades intelectuais e de gerência para os da elite, serviços manuais para as classes populares, trabalhos próprios para mulheres e próprios para os homens” (LOURO, 1994, p.44). No Brasil da primeira metade do século XX, nas cidades e nos povoados, sem falar na imensidão

rural, grande parte da população persistia analfabeta. Contribuía com essa situação a cultura portuguesa que ofereceu continuísmo à idéia de que a mulher deveria viver confinada dentro de casa, no espaço e ambiente doméstico e familiar, “na civilização portuguesa não havia lugar para a instrução feminina, considerada verdadeira ‘heresia social’. O seu ideal de educação circunscrevia-se exclusivamente às prendas domésticas” (SAFFIOTI, 1969, p. 200).

A maioria das mulheres não tinham acesso livre aos livros, pelo contrário, muitos eram proibidos e censurados principalmente aqueles que pudessem tirá-las do ideal de serem submissas e religiosas. As leituras e atividades intelectuais eram tarefas preponderantemente masculinas<sup>1</sup> e as decisões eram tomadas de acordo com os interesses dos latifundiários e coronéis que “teciam as tramas políticas e silenciavam agregados, mulheres e crianças, os arranjos sociais se faziam, na maior parte das vezes, por acordos tácitos, pelo submetimento ou pela palavra empenhada” (LOURO, 2001, p. 444).

Para ampliar a oferta de educação que, em muitas “sociedades, havia sido iniciada por homens – aqui por religiosos, especialmente jesuítas, no período compreendido entre 1549 e 1759” começou o ingresso das mulheres nas escolas formais, com infindáveis empecilhos. De um modo geral, as meninas das camadas populares possuíam necessidade de se envolverem “nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado dos irmãos menores, e que essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas” (LOURO, 2001, p. 449 e 445). Isso dificultou a inserção na escola formal.

Por outro lado, para aquelas de uma classe social privilegiada, a sociedade impôs outros valores. Muitos acreditavam que as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas<sup>2</sup>. A preocupação maior era dotá-las de uma sólida formação cristã, a fim de

---

<sup>1</sup> Ver Leite (2005). O estudo busca reconstituir as práticas sociais, literárias e culturais da sociedade no início do século XIX e final do século XX. Retrata a época em que os livros eram destinados aos homens. Os livros e revistas “apropriados” para as mulheres eram raros. Para ser leitora de assuntos que não fossem exclusivamente femininos, a mulher tinha que usar estratégias, como disfarçar e omitir títulos e autores.

<sup>2</sup> A esse respeito ver Passos (1994). A pesquisa analisa o significado da prática educativa das Ursulinas, tendo como espaço empírico de estudo o colégio Nossa Senhora das Mercês, no período que vai de 1897 a 1956. Apesar do estudo ser em período anterior sua repercussão abrangeu séculos após. A autora demonstra o objetivo do colégio que pautava na ideia central de: “formar mulheres modestas, simples, sem vaidades, preocupadas com o próximo, amigas, dóceis, recatadas, organizadas, mulheres que soubessem controlar os seus impulsos, frear suas paixões, disciplinar o corpo de modo a sentarem sem incliná-lo nem pendurá-lo, que andassem sem movimentos insinuantes, que sentassem à mesa sem deixarem os cotovelos à vontade, não consistia em um compromisso ligado apenas aos princípios pedagógicos e doutrinários do Colégio e da ordem à qual o mesmo pertencia e sim uma exigência social que respondia aos papéis adjudicados pela sociedade ao sexo feminino” (PASSOS, 1994, p. 307 - 308).

serem virtuosas, em consonância com o ideal feminino que implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora dos filhos e filhas como inquestionável obrigação das mulheres, sobretudo mães.

Para as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas da matemática era geralmente complementado pelo aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professoras particulares, ou em escolas religiosas (LOURO, 2001, p. 446).

As jovens da elite eram educadas para serem esposas que fossem a companhia ideal para os maridos e que cuidassem da casa e dos filhos. A instrução era voltada para o papel da mulher na família e no país. “Sua ‘vida-missão’ estava definida: cabia a ela a formação das gerações posteriores e por este motivo deveria empenhar-se em sua própria preparação” (CAVALCANTI, 2008, p. 15).

Nesse empenho de educar as gerações futuras, houve a possibilidade das mulheres se inserirem nesse mercado. Ingressou na carreira do magistério<sup>3</sup>, que se deu principalmente através daquelas que por “necessidade, outras por ambicionarem irem além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas por restrições e cuidados para que a sua profissionalização não se chocasse com a sua feminilidade” (LOURO, 2001, p. 453).

Em um contexto em que a educação se mostra mais como reprodutora das ideologias do que como espaço de desenvolvimento das capacidades individuais, a presença feminina nas escolas era mantida através de normas rígidas, como garantia de perpetuação dos costumes e promotora de papéis femininos. (CAVALCANTI, 2007). Tal prática foi analisada por Bourdieu (2007, p. 101) quando demonstrou e esclareceu que o sistema escolar contribui para reproduzir as diferenças, não apenas entre as categorias sociais, mas também entre os gêneros. Ressaltando que “a história tem que assinalar e levar em conta a reprodução e as hierarquias”.

Elas cumpriram o destino em uma profissão que aos poucos passou a ser considerada feminina, embora as funções de direção e supervisão prevalecessem masculinas. Se o que constituía a vida das mulheres era o papel de mães, considera-se que o exercício do magistério manteve-se como a extensão da maternidade, “a docência

---

<sup>3</sup> Ver Lima (2006). O estudo resgata a História do ingresso das mulheres no magistério, na Bahia. Analisa o ineditismo do curso normal, especial para as mulheres na Bahia do século XIX. Por acreditarem que a escola é um instrumento de “contenção, controle e adestramento das futuras gerações” devia ser exclusivamente para mulheres.

não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la” (LOURO, 2001, p. 450).

Esse não foi o único pretexto que contribuiu para o ingresso das mulheres nos cursos normais. Faltavam professores nas escolas, na ausência de candidatos elas ocuparam esses espaços. Sua inserção no magistério foi decisiva, contribuindo para a entrada no mercado de trabalho, em atividades que seriam compatíveis com as funções maternas, renunciavam que tal ocupação seria “essencialmente feminina, chegando mesmo a constituir-se, durante muitos e muitos anos, na única profissão feminina plenamente aceita pela sociedade” (SAFFIOTI, 1969, p. 206).

O acesso às universidades era predominantemente masculino. Em casos isolados e bem específicos, algumas se aventuravam na carreira acadêmica. Saffioti (1969) assegura que, até 1930, a representação feminina nos cursos superiores, como também na política, foi bastante escassa<sup>4</sup>.

Considerando o tamanho territorial do Brasil, os fatos não ocorreram de forma proporcional, não cabendo generalizações. Os principais centros urbanos tiveram avanços que municípios afastados e carentes levaram décadas e até séculos para acompanhar. “Ainda nos dias atuais, a organização familiar brasileira preenche toda uma gama que vai desde a família semipatriarcal até a família conjugal moderna, desligada da parentela e mais distante da tradição” (SAFFIOTI, 1969, p. 188).

Apesar do passar dos anos, “as mulheres tendem a seguir cursos impregnados de conteúdos humanísticos e que desembocam, imediata ou posteriormente, em profissões tipicamente femininas, entre elas, o magistério” (ROSEMBERG, 1994, p. 10), isso demonstra o peso da historicidade nas relações cotidianas.

Falta vinculação a um contexto histórico específico, passo importante para a catarse do conteúdo ideológico e condição *sine qua non* para mostrar as mulheres como seres sociais integrantes de poder, redes de dominação e laços de vizinhança (DIAS, 1995, p. 50).

Dias chama a atenção sobre a condição vivida pelas mulheres, que prevaleciam à margem dos fatos e ausentes da História, mas não eram privadas de relações de poder e de conflito. Mesmo na cidade, onde se separou ideologicamente o “papel feminino” de forma mais visível, mulheres pobres buscavam recursos para a sobrevivência. “Urdiam pequenas transações e encomendas, numa variedade de acertos e tratos verbais enredados em laços de parentesco, relações domiciliares, entre afins e vizinhas[...]”

---

<sup>4</sup> Ver Vanin (1998), que analisa a presença feminina no espaço público de Salvador no século XVII, através das atividades desempenhadas.

(DIAS, 1995, p. 20). Buscavam sobreviver como podiam, na informalidade e nos trabalhos rudimentares em troca do pão de cada dia.

Ao analisar o meio rural, verifica-se que os senhores de engenho exerciam autoridade e possuíam todo poder com as mulheres, legado de uma cultura escravagista que tratou a mulher como “criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido“ (FREYRE, 2004, p. 114). Inclui as senhoras que, apesar das regalias proporcionadas pelas escravas, eram vítimas do domínio e/ou do abuso dos homens.

Opiniões diversas demonstram algo em comum sobre o papel exercido pelas mulheres na sociedade, prevalecendo a dicotomia entre o público e o privado. Holanda (1995, p. 124) entende que a posição ocupada era: “mais estreitamente vinculada ao lar do que o homem, a mulher era aqui, como o tem sido em toda a parte, o elemento estabilizador e conservador por excelência, o grande custódio da tradição doméstica”. Há que se verificar que a ocupação dos papéis femininos foi tida como natural sem dúvidas que provocassem questionamentos a esse respeito.

Por outro lado, em estudo mais aprofundado e sem invisibilizar ainda mais o papel feminino, Mattoso (1992, p. 448) analisa o poder exercido pelos homens e a importância do papel que a mulher desempenhava dentro de casa, “o pai – verdadeiro *pater familias* – tinha poderes absolutos. Mas, a alma do lar era a dona de casa, que muitas vezes administrava sozinha àquele pequeno mundo de que raramente se afastava”.

Em proporções diferenciadas e pontos de vista dicotômicos, Holanda e Mattoso comungavam sobre a relevância da atuação feminina. A mulher ou “donzela” de boa família que permanecia inerte, confinada dentro de casa, não podia transitar sozinha, em consonância com a distância e com a falta de recursos de meios de transporte. Este fato foi mais um, dentre os inúmeros motivos, que a fizeram mais conservadora do que o homem, conforme aponta os estudos de Saffioti (1969, p. 184) quando trouxe para o debate a evidência das mulheres como elemento de estabilidade da sociedade. “Eram os filhos e não as filhas da casa-grande que recebiam educação na Europa e que promoviam as inovações sociais e políticas e até mesmo alterações na moda feminina”.

Nas famílias de melhor condição social, os filhos iam estudar no exterior, oportunidade que não era proporcionada às filhas. “A autoridade paterna reduzia as mulheres ao estado de eternas menores, condenadas a passar da submissão ao pai à submissão ao marido, sem conseguir uma autonomia real” (MATTOSO, 1992, p. 190). Essa assertiva demonstra a ideia das mulheres como “sombra” de alguém, da sujeição

do pai, ela passava à dependência do marido. Ranços dessa mentalidade persistem e evidenciam as mulheres em situação de submissão. A posição em viverem dentro dos padrões sociais impostos, como “propagadoras da missão católica e provedora do núcleo fundamental da vida feminina: a família” (CAVALCANTI, 2007, p. 73).

No âmago das famílias predominavam somente obrigações e atitudes que estivessem pautadas no recato, meiguice e discrição. Dentro de limites pré-estabelecidos, cumpria obrigações, conforme os costumes. Entretanto, a falta de recursos e tecnologia provocava que elas assumissem obrigações que eram inerentes ao “papel masculino”.

Não somente houve casos freqüentes em que as viúvas tomaram a direção dos negócios da família com energia e sucesso, revelando-se líderes genuínas, mas também casos, em que a esposa de um homem incapaz ou incapacitado tomou seu lugar na chefia da família. Mesmo na história política do país há vários exemplos de mães de família com vigorosas habilidades para a liderança (SAFFIOTI, 1969, p. 181).

Muitos desses exemplos passaram despercebidos pelos historiadores,<sup>5</sup> restando apenas os mais aparentes. Em estudos mais específicos, é possível encontrar relatos de mulheres que exerceram liderança. Maluf (1995) analisou aspectos do dia-a-dia de duas fazendeiras, em que tornou visível os papéis desempenhados por mulheres da elite rural nas zonas de expansão cafeeira em São Paulo, no fim do século XIX e começo do século XX. A minuciosa luta pela sobrevivência das personagens Floriza e Brasília e suas famílias, em um contexto de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, envolvendo uma classe social elitizada no auge da crise do café.

O trabalho, com base nos diários de memória, escritos pelas próprias fazendeiras, demonstra a liderança delas no cotidiano das fazendas, das propriedades e dos grupos familiares, no qual elas “quebraram” com o papel idealizado da mulher de elite, ou seja, o mito de mulheres ociosas, passivas e indolentes na sociedade cafeeira, como é descrito na história.

Com isso, verifica-se a omissão da história oficial frente à relevância do papel feminino na formação da sociedade brasileira. Discute-se a influência dos colonizadores, fazendeiros, aventureiros, trabalhadores, escravos, dentre outras categorias relacionadas, mas poucos registros apontam as mulheres como “peças”

---

<sup>5</sup> Conforme Valdés (2000), a ação das mulheres foi marcada por uma cultura patriarcal que permanece até os dias atuais em todas as regiões. Esta se plasma em relações de poder e subordinação entre homens e mulheres, nas quais elas são constantemente relegadas ao âmbito da reprodução e do doméstico e invisibilizadas em sua ação pública.

importantes nesse processo. Quando muito, as descrevem como inativas, apartes e inertes aos problemas sociais e, sobretudo, econômicos. Essa consideração remete à ideia de oposição entre “história das mulheres” e “história dominante” que se constitui um “desafio cujo objetivo não é o de substituir a crônica de um sujeito pelo outro, do masculino pelo feminino, mas, ao contrário, restituir para o centro do processo histórico o conflito, a ambigüidade e a tragédia” (MALUF, 1995, p. 117).

As mulheres tiveram participações fortes na história do país, quando na condição de “ajudarem aos maridos”, tomavam para si mesmas responsabilidades e tarefas árduas. Administrava a casa, o que não era tarefa simples devido à escassez de recursos e instrumentos. Nas áreas rurais, sobretudo nas fazendas, essa administração incluía cuidar dos filhos, dos empregados domésticos e colaborar com o marido na manutenção do grupo familiar. Devido às dificuldades e ausência de recursos logísticos, os obstáculos tornavam-se infindáveis. A falta de estrutura física nas moradias, como água encanada, energia elétrica e acesso aos remédios e produtos industrializados exigia iniciativa e capacidade de improvisar para resolver questões urgentes, como em caso de acidentes, doenças, desentendimentos e violências entre pessoas conhecidas e, até mesmo aventureiros que apareciam.

Os alimentos eram em sua maioria, produzidos e armazenados em casa, os remédios extraídos de ervas plantadas nas hortas e se resumiam, basicamente aos chás caseiros. A educação dos filhos, sobretudo dos pequenos que viviam em áreas distantes, longe de instituições de ensino era confiada às mães. As roupas eram tecidas e costuradas em regime doméstico. Tarefas essas de “obrigações das mulheres”, que também “ajudavam” os companheiros na administração dos negócios e o substituíam em suas ausências. Apesar disso, prevalecia a ideia arraigada no senso-comum de que o “trabalho das mulheres é de auxílio aos maridos. Ou seja, o trabalho auxiliar é um trabalho sem o mesmo grau de relevância” (MALUF, 1995, p. 198).

Ademais, a igreja provocava que as “funções femininas” fossem entendidas e controladas. Além da fiscalização exercida pelos pais, maridos e irmãos, recebiam a colaboração dos padres, que persuadiam com idéias voltadas para a obediência e o recato, e dos médicos, que as incentivavam a acreditar que suas funções enquanto mulheres fossem exclusivamente voltadas para a maternidade.

A mentalidade de controlar a mulher pela força e pela violência, como pelo exercício do *pater-familias*, começava então a ser substituída por forças mais sutis de dominação. Os homens de letras do período colonial foram os emissores de um discurso crítico sobre os destemperos femininos, cuja

intenção era valorizar as ditas honestas, obedientes e recolhidas. As admoestações, aparentemente dirigidas a um público misto, terminavam por circunscrever no mau exemplo exclusivamente a mulher (DEL PRIORE, 1995, p. 114).

A obediência e o recato nas atitudes reforçavam predicados como naturais e imbuídos na personalidade de cada mulher, jovem e idosa, senhora de bem e de família. Verifica-se a importância das mulheres negras no trabalho escravo e/ou de exploração. Como também, o papel das mulheres brancas no projeto social de colonização do Brasil, que resultava na valorização social da mulher portuguesa, como reprodutora e transmissora da propriedade, dos costumes, valores ideológicos e símbolos de ascendência como cor, língua e religião. Possuíam funções de reproduzir e transmitir bens, “no mandonismo local, volta e meia apareciam como chefes de alianças familiares, como tal figuravam como mediadoras do processo de organização política entre o poder central e o local” (DIAS, 1995, p. 109), reforçando influências estereotipadas.

### **A guisa de conclusão**

Para se estudar a atuação das mulheres no tempo presente faz-se necessária verificar parte da história da educação para que possam ser compreendidos fenômenos culturais arraigados e traduzidos em estereótipos, preconceitos, discriminações e generalizações dos papéis das mulheres na atualidade. Apesar de se fazerem presentes nas instituições públicas e de ensino, no mercado de trabalho e na política seu espaço persiste limitado.

Na política, apesar de medidas compensatórias, os espaços ainda não são preenchidos e persistem ideias equivocadas de que são desinteressadas. A realidade vista de perto denota ranços históricos e culturais que trazem à baila situações vividas por mulheres de gerações anteriores colaborando com a persistência de fragilidades. A demarcação de espaços simbólicos arraigados culturalmente dificulta a inserção de mulheres em espaços da sociedade que eram exclusivos dos homens, demonstrando que, apesar de profundas mudanças, ainda há muito a caminhar para que verdadeiramente haja uma sociedade com equidade de gênero.

Neste sentido, este artigo trouxe como premissa a análise da condição feminina na história, tendo como referencial a educação de gerações anteriores. Configura-se um ensaio e tal análise se justifica porque ao pensar sobre a atuação das mulheres na



política hoje, assunto estudado no doutoramento, a problemática remete lançar olhares sobre a condição feminina ao longo das últimas décadas. Portanto, interfaces entre gênero e educação foram os cenários abordados, tendo como referencial aspectos da história das mulheres brasileiras, demonstrando a ideia de que, apesar de rupturas e avanços, persistem continuísmos atrelados a discriminações e preconceitos, demonstrando o quanto perdura o produto da educação e relações do cotidiano vivido.

### Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **Educação, história e religião: ordens religiosas como locus da construção de identidades femininas**. Revista Aulas, v. 4, p. 1 – 18, 2008.

\_\_\_\_\_. **Memórias femininas: tempo de viver, tempo de lembrar**. In: Revista Brasileira de História. Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n. 54 jul. – dez., 2007, p. 59 – 82.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2004.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870 – 1920)**. Salvador: Quarteto, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: PRIORE, Mary Del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero**. In: Projeto História, 11. São Paulo: EDU/PUC-SP, 1994, p. 31- 46.

LIMA, Marta Maria Leone. **Ingresso das mulheres no magistério da Bahia: o resgate de uma história**. (Tese de doutorado). Salvador: UFBA, 2006.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia Século XIX** Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

PASSOS, Elizete Silva. **A educação das virgens**. Um estudo do Colégio Nossa Senhora das Mercês, (Tese de doutorado). Salvador: UFBA, 1994.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres e Educadas e a Educação de Mulheres. In: PINSKY, C. B. e PEDRO, Joana M. **Nova História de Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, P. 333 – 359.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação e gênero no Brasil**. In: Projeto História, 11. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1994, p. 7-17.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

VALDÉS, Teresa. **De lo social a lo político**: La acción de las mujeres latinoamericanas. Santiago: Editorial LOM, 2000.

VANIN, Iole Macedo. **Do patuá ao gengibre**: um estudo sobre as atividades femininas em Salvador do século XVII. Monografia. Salvador: UCSAL, 1998, 79 p.